

CPI decide por 15 a 5 ouvir os governadores

■ Pressão dos caciques do PFL resultou inútil e João Alves, Edison Lobão e Joaquim Roriz, do PP, irão depor na comissão

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — Fracassou a pressão dos caciques do PFL para evitar a convocação de dois governadores do partido pela CPI do Orçamento. Por 15 votos a cinco, o plenário da comissão decidiu que serão ouvidos os governadores do Maranhão, Edison Lobão (PFL), de Sergipe, João Alves (PFL), além do representante do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP). O assunto foi colocado em pauta pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que tem pressa em definir o calendário porque considera inviável a prorrogação do prazo dos trabalhos, marcado para o dia 17. As novas denúncias serão objeto de uma futura CPI da Corrupção.

Caberá à mesa diretora da CPI decidir se vai tomar o depoimento dos governadores por escrito, se enviará uma comissão para ouvi-los ou ainda se eles serão chamados a Brasília, hipótese considerada mais improvável. "O problema é que tenho informações seguras de que Alves e Lobão estão irreduzíveis e se recusam a depor", revelou o relator Roberto Magalhães (PFL-PE). Os dois governadores querem submeter a convocação à autorização prévia das Assembléias Legislativas de seus estados.

A resistência evidenciou-se no



Luiz Eduardo (E) e Marco Maciel tentaram convencer Suplicy, Benito e Lourenço de que a convocação dos 3 governadores era desnecessária

(PE) procuraram Passarinho para dizer que pareceres dos juristas Saulo Ramos e Manoel Ferreira Filho defendem a tese da impossibilidade da convocação pela CPI. O

presidente da comissão, porém, dispõe de pareceres opostos da procuradoria e da assessoria técnica do Senado. "Vamos ter uma grande jurisprudência, pois, se entrarem

com recurso, o assunto vai acabar no Supremo Tribunal Federal", previu Passarinho.

Na hipótese de recurso, a pendência jurídica pode favorecer os

governadores, abrindo a possibilidade de uma liminar da Justiça inviabilizar a convocação. Afinal, não há garantia de que o julgamento do mérito do mandado possa ocorrer antes do prazo fatal para o encerramento dos trabalhos. E a prioridade da CPI é manter o calendário, votando o relatório final nos próximos 13 dias.

"Defender a tese da prorrogação hoje significa proteger aqueles contra os quais já existe provas suficientes para uma punição. A sociedade não admite que eles continuam convivendo conosco no Congresso", argumentou o vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). São mais 27 depoimentos a tomar e apenas dez dias úteis de trabalho. Para resolver a incompatibilidade entre o calendário e a agenda da CPI, duas alternativas estavam sendo examinadas na reunião de ontem à noite. A primeira era dividir a CPI em duas, viabilizando seis depoimentos ao dia. A CPI2 seria presidida por Klein, tendo como o senador Elcio Alves (PFL-ES) na relatoria. A outra solução seria enviar um pequeno grupo de parlamentares para ouvir aqueles que foram apenas citados e não arrolados como suspeitos de práticas específicas de irregularidades.